

Políticas educacionais voltadas para o Ensino Fundamental: a década de 1990 e o Programa de Aprendizagem na Idade Certa

Luciana Santos Dias Araújo

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior

Universidade Estadual do Ceará - UECE

<https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/10340>

Resumo

A ideia que motivou a produção do presente trabalho foi a de investigar o trabalho desenvolvido pela Escola Emílio Sendim de Ensino Fundamental, a partir dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB no dia a dia da escola e, de maneira especial, o trabalho desenvolvido pelos professores das turmas ‘foco’ e pelos gestores. Tem como objetivo geral: compreender como a Escola Emílio Sendim de Ensino Fundamental se apropria de seus resultados escolares externos para melhorar indicadores como o IDEB. Objetivos específicos: Identificar as políticas públicas educacionais no Brasil a partir da década de 1990, situando o Programa de Aprendizagem na Idade Certa - MAIS PAIC neste contexto; Caracterização do campo de estudo: O cenário da escola a partir dos Projeto Político Pedagógico, Planos de Ação e acompanhamento dado pela gestão escolar na aplicação dos planos e projetos; Verificar como a escola organiza o trabalho pedagógico a partir dos seus resultados externos, sob a perspectiva dos professores. A abordagem do trabalho é qualitativa. Utilizou-se os escritos de Libâneo (2012); Rua (2012); Fonseca (2009); Saviani (2009) para refletir sobre políticas educacionais e Vieira & Vidal (2011 e 2013); Vieira (2005, 2011 e 2015); Fonseca (2013); Libâneo (2009, 2012, 2016 e 2017); Callegari e Pereira (2013), dentre outros, como referências básicas para discutir sobre o processo de organização e gestão escolar. O local da investigação foi uma escola pública de Ensino Fundamental I da rede municipal de Sobral, a escola que teve maior IDEB 2015. Os sujeitos pesquisados foram gestores escolares (diretor, ex-diretor, coordenador e ex-coordenador) e professores. O instrumento escolhido para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Buscou-se também dados quantitativos junto ao INEP e junto a Secretaria de Educação do Ceará. O estudo constatou que há uma certa cultura de avaliação no ambiente escolar em que grande parte das atividades são realizadas com base nos parâmetros e habilidades das avaliações externas. Os gestores participam ativamente da construção, elaboração e acompanhamento das atividades, planos e projetos da escola. O estudo reconheceu o apoio e a articulação dada pela Secretaria de Educação de Sobral na execução das políticas educacionais, no entanto, reconheceu-se certa pressão na busca do cumprimento das metas, mas também deixou claro que o fato de as avaliações externas avaliarem apenas duas disciplinas não causa limitações na aprendizagem das outras.

Palavra-chave políticas públicas educacionais; gestão escolar e gestão pedagógica.

Abstract

The idea that has motivated the production of the present work was to investigate the work developed by the Emílio Sendim School of Elementary Education, based on the results of the Basic Education Development Index - IDEB in the daily life of the school and, especially, the work developed by 'target classes' teachers and managers. Its title: Appropriation and use of educational indicators by School Management and teachers in search of better learning outcomes in Sobral school. Its general objective is to understand how Emílio Sendim Elementary School appropriates its external school results to improve indicators such as IDEB. Specific Objectives: To identify educational public policies in Brazil from the 1990s, placing MAIS PAIC in this context; Characterization of the field of study: The school scenario from the Pedagogical Political Project, Action Plans and monitoring given by the school management in the application of plans and projects; To verify how the school organizes the pedagogical work from its external results, from the teachers' perspective. The work approach is qualitative. The writings of Libâneo (2012) were used; Street (2012); Fonseca (2009); Saviani (2009) to reflect on educational policies and Vieira & Vidal (2011 and 2013); Vieira (2005, 2011 and 2015); Fonseca (2013); Libâneo (2009, 2013, 2016); Callegari and Pereira (2013), among others, as basic references to discuss about the process of organization and school management. The place of investigation was a public Elementary School of the Sobral municipal school network, the school that had the highest IDEB 2015. The researched subjects were school managers (principal, former principal, coordinator and former coordinator) and teachers. The instrument chosen for data collection was the semi-structured interview. Quantitative data were also sought from INEP and from the Department of Education of Ceará. The study found that there is a certain culture of evaluation in the school environment in which most activities are performed based on the parameters and skills of external evaluations. Managers have actively participated in the construction, elaboration and monitoring of school activities, plans and projects. The study acknowledged the support and articulation provided by the Sobral Secretariat of Education in the implementation of educational policies, however, there was some pressure to achieve the goals, but it also made clear that external evaluations evaluated only two disciplines does not cause limitations on the learning of others.

Key-word educational public policies; school management and pedagogical management.

Introdução

O presente capítulo apresenta, primeiramente, a definição de políticas educacionais, como funcionam no Brasil sob a ótica de Rua (2012) no que se refere a sua regularidade, para, em seguida, apresentar algumas das que mais se relacionaram com o Programa de Aprendizagem na Idade Certa. Posteriormente, analisou-se o programa a partir de documentos que referenciaram seu surgimento, formulação e implementação através de adesão por todos os municípios cearenses que melhoraram significativamente os índices de alfabetização como veremos mais adiante.

Considerando a importância de se compreender a diferença entre Política Educacional (em letra maiúscula) como sendo a teoria aplicada à situação concreta, no caso à educação, e política educacional (em letra minúscula), como sendo várias, múltiplas e alternativas, tem-se que, conforme Vieira (2007, p. 55-56):

Política Educacional (assim, em maiúsculas) é uma, é a Ciência Política em sua aplicação ao caso concreto da educação, porém as políticas educacionais (agora no plural e em letras minúsculas) são múltiplas, diversas e alternativas. A Política Educacional é, portanto, a reflexão teórica sobre as

políticas educacionais (...) se há de considerar a Política Educacional como uma aplicação da Ciência Política ao estudo do setor educacional e, por sua parte, as políticas educacionais como políticas públicas que se dirigem a resolver questões educacionais

Vieira (2007) acentua que a aplicação da política se dá sob diferentes ideologias, que podem seguir características conservadoras ou progressistas. Outras decisões ainda independem da vontade de gestores da situação que muitas vezes rompem ou continuam a política da gestão anterior, como foi o caso da descentralização que aconteceu na municipalização do Ensino Fundamental, muito defendida nos anos 1980, levada adiante pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e tendo sua continuidade no governo Lula.

Apesar de toda esta inconstância observada nas políticas públicas de maneira geral, sobretudo nas educacionais, que seguem muitas vezes exigências que não vêm somente da demanda social, mas também de acordos políticos e com interferências de organismos internacionais que usam o poder econômico e financeiro que possuem para influenciar nas decisões políticas de acordo com seus interesses, Rua (2012, p.118-122) identifica quatro importantes regularidades presentes nas políticas públicas de maneira geral e que interferem na eficácia e eficiência dessas ações.

A primeira regularidade trata da fragmentação na qual demandas envolvendo os aspectos sociais não se relacionam de modo a integrar esforços conjuntos de superação das necessidades que surgem, como por exemplo a segurança pública que atua isoladamente apenas na repressão ao crime, ao invés de integrar ações conjuntas com educação, saúde, trabalho e assistência social.

A segunda regularidade apresentada pela autora se refere à ‘competição Interburocrática’ que surge como uma consequência capaz de dificultar a formação de acordos mais amplos e possibilitando uma divisão excessiva do processo decisório e ao desperdício de recursos, prejudicando assim a amplitude de aplicação das políticas públicas.

A terceira característica a ser considerada por Rua (2012) é a ‘descontinuidade administrativa’, na qual as políticas são constantemente interrompidas por ações, muitas vezes, opostas a inicialmente adotada, em que o governo em vigor interrompe total ou parcialmente as políticas em andamento e inicia novas ações. Exemplos são as políticas de governo que surgem de quatro em quatro anos ao invés das políticas de estado serem aplicadas continuamente independentemente do ‘governo em ação’ e, como consequência, cargos políticos que acabam sendo preenchidos conforme critérios políticos gerando assim inconstância também entre seus agentes (SOUZA, 2003).

Acerca desta descontinuidade, Saviani (2009) também destaca que os planos nacionais sempre padeceram desse mal da descontinuidade das políticas públicas, originadas por ideologias de governos estabelecidos, no qual cada ‘governo em ação’ faz uma reforma diferente do governo anterior, enquanto um concentra o outro descentraliza, este oficializa e aquele veta (SOUZA, 2003).

Rua (2012) finaliza seu conceito sobre regularidade ao afirmar que existe uma cultura na qual se acentua a ‘formulação/decisão’ como a política pública tendo sido implementada, isto é, a percepção da complexidade se limita ao ambiente, formulação ou decisão, enquanto a implementação é considerada pouco complexa e já decidida. Um exemplo claro desta regularidade e já iniciando o percurso histórico acerca das políticas educacionais, a partir da década de 1990, temos o Plano Nacional de Educação 2001-2010 como tendo apenas algumas ações pontuais e muitas metas não sendo atingidas devido à falta de recursos pois estes foram vetados pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso como ressaltam Libâneo, Oliveira e Toschi (2012).

Acreditamos que a educação deve ser de qualidade e para todos, pois, como afirma a Constituição Federal (BRASIL,1988), para se ter uma sociedade livre, justa e solidária, o desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza se faz necessário, antes de tudo,

assegurar direitos básicos, dentre eles a educação para todos que vivem no território brasileiro. Assim políticas educacionais devem ser programadas e aplicadas de modo a alinhar este direito institucionalizado às necessidades sociais e a escola é o reflexo do impacto destas políticas públicas, funcionando como uma bússola a orientar os gestores federais, estaduais, municipais e escolares acerca da eficácia e eficiência de tais políticas para a partir de então serem tomadas as medidas necessárias capazes de proporcionar uma educação pública e de qualidade para todos.

Percurso histórico das políticas educacionais a partir da década de 1990

O segundo capítulo contribui como fundamentação teórica para a compreensão acerca das políticas educacionais que surgiram a partir da década de 1990 voltadas à avaliação da qualidade do ensino público, considerando-se a influência exercida por ela no surgimento de novas políticas educacionais e no trabalho desenvolvido pela própria escola.

Nesse aspecto buscamos identificar as primeiras políticas educacionais de avaliação e como se deu a evolução dessas políticas concomitantemente à atuação do município de Sobral na busca por uma educação de qualidade através da criação do MAIS PAIC e sua implementação.

Iniciando o percurso histórico acerca das políticas educacionais a partir da Nova República, período posterior ao regime militar, percebe-se uma certa positividade em relação à mobilização de alguns setores da sociedade em prol de políticas públicas mais democráticas especialmente o Ensino Médio como reflexo de uma educação de qualidade e que não se limita ao ensino técnico e profissional, mas sobretudo à orientação do ser humano enquanto cidadão participativo.

Entretanto, no campo oficial, o plano setorial de educação e cultura, durante o período de 1986-1989, integrou-se ao I Plano de Desenvolvimento da Nova República que resumia-se ao objetivo de superar o déficit educacional da população escolar, para tanto o MEC desenvolveu três programas financiados pelo Banco Mundial, sendo um destinado às escolas técnicas industriais e agrícolas Programa de Melhoria do Ensino Agrícola e Industrial (EDUTECH), e dois para o Ensino Fundamental Educação Rural do Nordeste (EDURURAL) e o Projeto de Ensino Básico Urbano para as Regiões Norte e Centro-oeste (Monhangara), que estavam estreitamente vinculados aos objetivos internacionais, entre eles, a criação de um sistema de avaliação para medir o impacto desses programas (FONSECA, 2009).

Fonseca (2009, p. 163) sustenta que os planos educacionais brasileiros sempre perfilharam predominantemente a ideologia dos governos em vigor, ao invés de executarem um governo capaz de estimular as necessidades dos campos científicos e econômicos, bem como movimentos sociais organizados e equilibrando as tensões existentes entre os campos. O que pôde, de fato, ser observado foram os setores sociais ganhando ou perdendo espaço de participação em função da estrutura às vezes democrática dos governos vigentes.

Essas políticas deixaram de ser impostas e foram adotadas pelas elites econômicas e políticas do país, posição essas assumida a partir do governo de Fernando Collor (1990-1992) ao fazer alusão à modernidade que moldaria a nova estrutura do Estado instalada no país, mas que na realidade firmara a hegemonia política do neoliberalismo com suas estratégias de estado mínimo controlado por um sistema avaliador e fiscalizador, em seguida uma leve resistência no governo de Itamar Franco (1993-1994) que sob pressão da UNESCO elaborou o Plano Decenal de Educação para todos com metas e orientações provenientes do Fórum Internacional. E, em seguida, a política neoliberal integralmente assumida pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), tendo sua continuidade, mesmo que com um contraponto social, nos governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) como afirmam Libâneo, Oliveira e Toschi (2012).

Diferentemente do que se pensa, as políticas educacionais não alcançam apenas as esferas federais, estaduais e municipais, também se refletem no 'chão da escola', no seu dia-a-dia, em suas ações, no Projeto Político Pedagógico desenvolvido pela escola, assim como em todos os seus agentes. Estratégias que serão avaliadas a partir dos resultados alcançados e em seguida manter ou reformular as estratégias em busca de melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem.

Uma importante forma de avaliar o impacto das políticas públicas educacionais desenvolvidas tanto de estados e municípios como também a evolução do processo de ensino-aprendizagem da escola, é através das avaliações externas em larga escala que, a partir da apropriação adequada destes resultados, pode-se analisar o trabalho desenvolvido por todo o seguimento escolar e, a partir de então, continuar ou reorientar o trabalho pedagógico de modo a alcançar os resultados desejados.

Como uma tendência que surgiu na década de 1980, com o intuito de medir o impacto dos programas educacionais, os sistemas de avaliação em larga escala também ganharam espaço nos estados e municípios como um importante instrumento de observação do caminho percorrido e projeção do que se deve fazer em seguida.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 185) ressaltam que a reforma da educação brasileira teve sua origem nos anos 1990 a partir do governo Fernando Collor (1990-1992) quando o mesmo abriu as portas do mercado brasileiro com a justificativa de modernizar a estrutura do Estado mas que na realidade firmara a hegemonia da política do neoliberalismo, tendência esta seguida por Itamar Franco (1993-1994).

Apesar de uma leve resistência, Fonseca (2009) completa destacando que Itamar Franco através do então Ministro da Educação e do Desporto Murílio Hingel, sob as exigências da UNESCO e a partir da elaboração do Plano Decenal de Educação para todos, assumiu as orientações e metas qualitativas, tais quais a ampliação do Ensino Fundamental e o desfavorecimento do Ensino Médio, além da criação de um mecanismo de avaliação da Educação Básica, que no decorrer dos anos se confirmou através da institucionalização do Saeb.

O Sistema de avaliação da Educação Básica, Saeb, teve sua primeira aplicação em 1990 através da participação, por amostragem de escolas que ofertavam 1º, 3º, 5º e 7º séries do Ensino Fundamental em escolas públicas da rede urbana. Em 1995 adotou-se uma nova metodologia através da Teoria de Resposta ao Item (TRI), tornando assim possível a comparação entre os resultados, em seguida restringiu-se a avaliação a apenas às etapas finais dos Ensino Fundamental (5º e 9ºano) e 3º ano do Ensino Médio, acrescentando também uma amostra da rede privada (BRASIL, 2008).

Voltando a ordem cronológica dos fatos temos o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) que deu início ao processo de efetivação das políticas educacionais de acordo com a influência de agentes internacionais principalmente econômicos via Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), assim como a UNESCO e o UNICEF, contribuindo assim significativamente para a configuração das políticas educacionais do século XXI no Brasil.

Destacou-se no governo de Fernando Henrique a centralização de recursos em nível federal através de um mecanismo próprio de financiamento do Ensino Fundamental e valorização do magistério (Lei nº 9424/96), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que buscou adequar o conhecimento do aluno ao conceito efetivo de valor-aluno- qualidade da educação

Já em 2005, no governo Lula, o Saeb sofreu uma reestruturação que, segundo o qual, passou a desenvolver dois processos avaliativos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) propondo-se a medir a qualidade, equidade e eficiência dos sistemas e redes de ensino brasileiros por meio de testes de desempenho e questionários e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), também chamada de Prova Brasil, instrumento de avaliação das escolas também através de questionários e testes de desempenho em português e matemática.

O governo de Luís Inácio Lula da Silva, eleito para dois mandatos (2003-2006; 2007-2010), reiterou algumas concepções da gestão anterior tais como universalizar a Educação Básica e ampliar a oferta de Ensino Médio. Esse agora com direito a recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) que veio para substituir o FUNDEF e, a partir de agora, distribuir recursos para os três níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, tendo seus efeitos previstos para 14 anos.

Constituído apenas em 2006 através da Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela medida provisória n. 339, de 28 de dezembro de 2006, posteriormente convertida na Lei n.11.494, de 20 de junho de 2007, o FUNDEB foi instituído em todas as unidades federativas com o objetivo de desenvolver e manter a educação básica pública como também a valorização do magistério, inclusive sua remuneração. A partir da regulamentação, coube a cada estado e o Distrito Federal compor 20% do fundo proveniente de fontes pré-determinadas em lei e à União complementar, no âmbito de cada ente federado, sempre que o valor médio por aluno não alcançar o mínimo determinado nacionalmente, custo este que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) deve ser o suficiente para proporcionar uma educação pública de qualidade.

Acompanhando as ações políticas que aumentavam os gastos públicos com a educação básica, o Brasil também intensificou as políticas de avaliação, tal iniciativa teve seus primeiros passos com a criação do Saeb, como já mencionado, anteriormente e em 2007 a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, um sistema capaz de medir a qualidade da educação brasileira em escalas que vão de zero a dez.

O IDEB é um importante instrumento formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da educação, calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e a média de desempenho nos exames aplicados pelo INEP. Constitui hoje uma importante referência de qualidade da educação, em que cada escola ou rede de ensino tem o seu próprio índice educacional como afirma o próprio INEP, todos com o objetivo único de alcançar os 6 pontos em 2022, fixação geral da média correspondente à média obtida pelos estudantes dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ao se aplicar uma técnica de compatibilização entre as proficiências identificadas no Programa Internacional de Avaliação dos Estudante (PISA) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) conforme Artigo 3º do Decreto 6.094/2007:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, composto pela Avaliação da Educação Básica – ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (prova Brasil).

O IDEB é calculado e divulgado periodicamente pelo INEP que possibilita o monitoramento através de dois componentes, dos quais a taxa de rendimento escolar (aprovação) e a média de desempenho nos exames aplicados pelo INEP, que são o Saeb e a Prova Brasil, ficando os administradores imbuídos de verificarem o cumprimento das metas fixadas e corrigirem as distorções quando surgirem, como afirma o Decreto nº 6.094/2007.

Os dois componentes, taxa de rendimento escolar e média de desempenho, atuam de forma equilibrada em que, se um sistema educacional retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no SAEB ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria no sistema, mas, se por outro lado, o sistema educacional acelera a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria no sistema.

A partir dos índices divulgados, o Ministério da Educação - MEC disponibiliza suporte técnico aos municípios com indicadores insuficientes, já o subsídio financeiro se dá com a adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, este inserido no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), bem como da construção do Plano de Ações Articuladas (PAR) que se refere a um planejamento plurianual em que todos os entes federativos devem fazer para obterem aporte do Mec.

Todos os 5.563 municípios, 26 estados e o Distrito Federal aderiram ao Plano de Metas, que, juntamente com o PAR, é considerado fundamental para a melhoria do Índice De Desenvolvimento da Educação Básica (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012).

Iniciado em 2007, o PDE consistiu-se em um conjunto de iniciativas que visavam principalmente melhorar a qualidade da educação brasileira. Com uma proposta de ações sistêmicas, articuladas, o PDE, visou mobilizar a sociedade para a importância da educação, envolvendo pais, alunos, professores e gestores em iniciativas que busquem o sucesso e a permanência do aluno na escola: [...] organizando-se em quatro eixos de ação: educação básica, ensino superior, alfabetização e educação continuada e ensino profissional e tecnológico (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCH, 2012).

Dando continuidade ao processo histórico das políticas educacionais, segue-se o governo Dilma Rousseff (2011-2015; 2015-2016) que deu seguimento às políticas educacionais do governo Lula, tendo algumas alterações pontuais relativas à LDB, como a inclusão do §7º no artigo 26 inserindo nos currículos do Ensino Fundamental e Ensino Médio os componentes de proteção e defesa civil e educação ambiental a partir da Lei n. 12.608/2012 como destaca Saviani (2018).

Saviani (2018) ressalta ainda um ponto importante a ser destacado no que diz respeito à Lei n. 12.796/2013, ao regular a educação nacional ao assentado na Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009, que estendeu a educação obrigatória para a faixa etária de quatro a dezessete anos, acarretando conseqüentemente diversas alterações na LDB, logo a educação básica passou a englobar a pré-escola entre os quatro e cinco anos de idade, o Ensino Fundamental tendo alunos entre seis e quatorze anos e o Ensino Médio com jovens entre quinze e dezessete anos de idade.

O programa de Aprendizagem na Idade Certa

O presente estudo analisou o Programa de Aprendizagem na Idade Certa, a partir do contexto político educacional pós 1990, expondo as ações políticas que propiciaram o surgimento do PAIC, analisando suas origens em Sobral, há cerca de 22 anos atrás, seguindo sua formulação, implementação, passando por seus objetivos e metas, para, em seguida, evidenciar as ações implementadas em Sobral até hoje em termos de política educacional.

A presente discussão se faz necessária a fim de mostrar algumas políticas educacionais que surgiram na mesma época em que começou a chamada 'Experiência Educacional de Sobral', experiência essa que apesar de todas as mudanças de gestão acontecidas ao longo desses anos, como veremos mais adiante, a essência da política educacional não mudou, a ponto de fazer de Sobral e suas escolas municipais as com melhores resultados IDEB

2.2.1 - Dados

Os dados foram produzidos através dos documentos que regulamentam o Programa, determinando uma parceria assegurada pelo Estado do Ceará e seus municípios, além de referenciais que determinam os objetivos, metas e ações a serem desenvolvidas, dados provenientes do Saeb que apresentam a situação educacional no Brasil, sobretudo no Ceará, relatórios produzidos pelo governo do estado e pelo governo federal com o intuito de apresentar à sociedade a situação educacional do Estado. O quadro a seguir apresenta os documentos examinados.

Quadro 1 - Documentos referenciais de análise documental

Documentos referenciais de análise documental	
1	Lei n.14.026/2007, que cria o Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC.
2	Protocolo de intenções celebrado entre os governos do Ceará e os 184 municípios ¹ .
3	Regime de colaboração para a garantia do direito à aprendizagem: o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) no Ceará.
4	Programa Alfabetização na Idade certa (2007), que dispõe sobre as ações e metas previstas.
5	Vencendo o desafio da aprendizagem nas séries iniciais: a experiência de Sobral. Publicação Inep.

O quadro 1 mostra os documentos selecionados como referencial para a análise documental do Programa de Alfabetização na Idade Certa, tendo sido escolhidos a partir do objetivo determinado de análise do Programa, a partir das circunstâncias que propiciaram sua criação, formulação e implementação como política pública educacional de combate ao analfabetismo no Ceará pelo então Governador Cid Ferreira Gomes, tratando da Lei que criou o Programa em 2007; em seguida, também em 2007 o protocolo de intenções em que são firmadas as competências e responsabilidades de cada ente participante; o regime de colaboração que conta toda a história do PAIC, sua estruturação, apoio recebido das Instituições e desafios inerentes ao Programa; as ações e metas previstas pelo Programa e por fim Vencendo o Desafio da Aprendizagem nas Séries Iniciais que conta onde tudo começou e como se deu a evolução da política educacional de Sobral, berço do PAIC.

Dando continuidade a primeira categoria sobre políticas educacionais, iniciamos a discussão sobre o MAIS PAIC que teve seu início na experiência educacional de Sobral. Surgindo posteriormente a necessidade de se conhecer a realidade do Ceará, foi criado o Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo (CCEAE), de onde nasceu o Programa de Alfabetização na Idade Certa em todo o Ceará, com seus objetivos e metas, tendo o Programa recebido grande influência da experiência educacional de Sobral que apresenta atualmente altos resultados no IDEB ao longo dos anos. O programa, atualmente é conhecido como Programa de Aprendizagem na Idade Certa.

O Programa de Aprendizagem na Idade Certa: sua história começa em Sobral.

Com a implementação das avaliações em larga escala através do Saeb na década de 1990, começou-se a diagnosticar um cenário desolador da educação no Brasil, sobretudo nos Estados da região Nordeste como o Ceará em relação aos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Dados publicados pelo SAEB (2001), mostram uma realidade bem preocupante em relação ao analfabetismo no Ceará. Segundo relatório, cerca de 22% das crianças de 7 a 14 anos eram analfabetas. Em 2004 o SAEB divulgou que de cada 10 crianças que terminavam a 4ª série (atual 5º ano) no Ceará, mais de 7 delas tinham importantes dificuldades na leitura, quando, deveriam em tese, estarem se apropriando das habilidades de leitura e escrita (CEARÁ, 2006).

Em 2000, o município de Sobral não era diferente da trágica realidade do restante do Ceará e do Brasil. Avaliações da aprendizagem realizadas nesse ano alcançaram 75% dos alunos que concluíram a 2ª série (atualmente 3ºano) e os resultados revelaram que 48% dessas crianças não sabiam ler. Sobral tinha quase 100% das crianças matriculadas nas escolas, mas não conseguiam aprender, nem mesmo a ler e escrever (CEARÁ, 2006).

¹ Protocolo de intenções celebrado entre o governo do Estado e 184 municípios cearenses. Disponível em: < www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/historico/legislacao >. Acesso em: 10 jul. 2017.

Diante de tal descoberta, a Secretaria de Desenvolvimento da Educação de Sobral passou a ter como prioridade a erradicação do analfabetismo, e a partir de então deu início a implementação de uma política de alfabetização².

Para Brasil (2005) todo este processo de identificação e combate ao analfabetismo em Sobral só foi possível devido a uma política voltada para o compromisso com a educação apenas, sem a influência ou interferência de arranjos ou acordos político-partidários, que ao longo dos anos foi sendo respeitado e cada vez mais assumido através da implementação de políticas públicas capazes de provocar profundas reformas na qualidade educacional do município.

Oliveira (2013, p. 6) citou alguns fatores responsáveis pelo destaque de Sobral na educação, tais como o foco e a constância nas políticas educacionais e a continuidade dos ideais políticos nessa área, pois mesmo tendo passado por três gestores de diferentes partidos até então, a política educacional continuou com sua coesão em todas as ações propostas ao longo dos anos,

A reforma educativa em Sobral foi evoluindo em sua abrangência, mas experimentou uma continuidade em suas prioridades, princípios e estratégias durante pelo menos treze anos, isso ainda perdura. Nos últimos 16 anos o município teve apenas quatro Secretários de Educação, e os três sucessores eram membros da equipe da Secretaria e já assumiram o cargo totalmente alinhados com a proposta de trabalho. Isso permitiu assegurar a continuidade nas linhas mestras da reforma (OLIVEIRA, 2013)

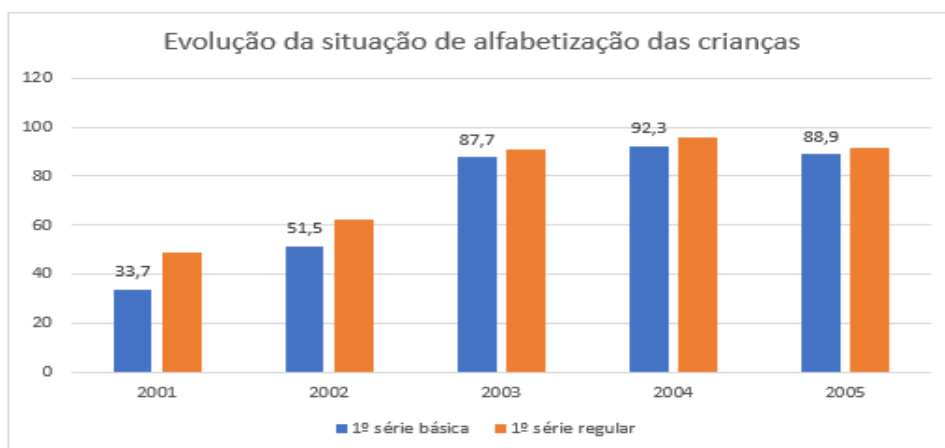
Oliveira (2) afirma, ainda, que a continuidade é uma condição essencial, mas não suficiente, visto que, em alguns municípios ou estados nos quais o mesmo grupo político ou partido permaneceu na secretaria por vários mandatos, não apresentaram resultados positivos porque o que de fato importa é o prosseguimento de políticas educacionais e práticas eficazes, não absolutamente de partidos ou pessoas. A continuidade partidária não significa a continuidade de políticas públicas e boas práticas deveriam permanecer independentemente do jogo político em ação.

Um arquétipo que aos poucos foi sendo dirimido foi a crença de que o desempenho satisfatório de crianças em escolas públicas estava atrelado à situação econômica menos favorecida e todas as consequências advindas da situação de pobreza econômica (CEARÁ, 2006).

A partir de instrumentais desenvolvidos para a avaliação externa da alfabetização, Sobral passou a avaliar suas crianças com mais frequência. No primeiro ano, 2001, avaliou-se apenas a leitura. Em 2002, as aplicações avaliativas passaram a ser instrumentalizadas também para a escrita. Inicialmente, essas avaliações aconteciam uma vez por ano, mas, no decorrer do processo, as avaliações passaram a acontecer duas vezes por ano: em junho, a fim de identificar problemas e orientar mudanças e em novembro para verificar os resultados atingidos e planejar adaptações para o ano seguinte (BRASIL, 2005).

Com o passar do tempo os resultados alcançados pelo município foram cada vez mais expressivos, como mostra o gráfico 1 ao refletir a evolução de crianças entre seis e sete anos entre os anos de 2001 e 2004, quando foram submetidas ao mesmo processo de avaliação.

² A transformação educacional de Sobral deu início em 1997 com a participação do município, por adesão, ao programa Acelera Brasil, do Instituto Ayrton Senna.

Gráfico 1- Evolução da situação de alfabetização entre o período de 2001 e 2005.

Fonte: Relatório Final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, adaptado pela autora

Neste período de transformações na educação de Sobral, o prefeito era Cid Gomes, eleito para os mandatos de 1997 e 2001. Mesmo não afirmando que as ações realizadas durante sua gestão foram as responsáveis pelo grande progresso educacional da cidade, fato é que os resultados melhoraram significativamente. Em 2007 o IDEB foi de apenas 4,0; alcançando em 2011 o índice de 7,3 - um salto de 83% no resultado (MACHADO, 2014).

À medida que os resultados iam melhorando já nos primeiros anos, o combate ao analfabetismo foi se tornando prioridade, com isso metas foram sendo estabelecidas, as quais a alfabetização de crianças de sete anos e as maiores de sete anos que não soubessem ler.

Os resultados educacionais de Sobral estavam realmente evoluindo de maneira extremamente satisfatória, mas o Ceará não, e diante dos graves resultados do Saeb quanto aos índices na educação infantil e da ações inspiradoras e percursoras de Sobral, surgiu a necessidade de se pesquisar com mais profundidade a situação do analfabetismo nos municípios cearenses, iniciativa que partiu do então deputado estadual Ivo Gomes que anteriormente havia sido secretário de educação de Sobral, liderando a experiência educacional da mesma e com a pretensão intensão de fazer o mesmo com o Ceará, pesquisa essa realizada pelo CCEAE, em maio de 2004 e em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – seção Ceará (Undime/CE), Instituto de Pesquisas. Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Secretaria de Educação Básica do Ceará (SEDUC).

CEARÁ (2006) caracteriza o CCEAE como uma instância de caráter plural, democrático e representativo, um pacto societário para combater o analfabetismo escolar firmado por várias unidades de poder da sociedade cearense, que se mobilizaram a partir de duas ações. Uma pesquisa que buscou diagnosticar três pontos importantes: avaliar de forma amostral os níveis de leitura, escrita e compreensão de texto dos alunos da antiga segunda série do Ensino Fundamental em 48 municípios; diagnosticar os programas dos cursos de pedagogia de 5 instituições de ensino voltadas para a formação dos professores do Ceará, enfatizando a atuação nos primeiros anos do Ensino Fundamental e, por fim, averiguar a composição e organização do trabalho escolar e docente na alfabetização, efetuado em 15 municípios e 36 escolas através de entrevistas a secretários municipais, professores e diretores escolares, além da observação planejada da atuação dos professores alfabetizadores em sala de aula (CEARÁ, 2006).

Simultaneamente à realização das pesquisas, seguiu-se a mobilização social a fim de se discutir a importância da alfabetização com a sociedade civil, educadores e especialistas através de temas teóricos e metodológicos.

Ao todo foram realizados dois seminários em Fortaleza, sete audiências públicas na capital e no interior e seis plenárias gerais. As conclusões extraídas da pesquisa foram, no mínimo, inquietantes (CEARÁ. 2006, p. 53 - 57):

- 39% dos 8 mil alunos da 2ª série do Ensino Fundamental (atual 3º ano) matriculados em 48 municípios não leram um texto simples, 15% leram muito mal, 31% leram com dificuldades e apenas 15% leram e compreenderam o texto;
- A maioria das universidades não possuía estrutura curricular adequada para preparar o professor alfabetizador, nem metodologias para tal;
- Grande parte dos professores não usufruíam de forma eficiente o tempo em sala de aula, os materiais pedagógicos utilizados em sala de aula eram pouco eficazes, o acompanhamento pedagógico disponibilizado pelas equipes municipais era falho, além de não possuírem políticas e objetivos determinados para a alfabetização das crianças.

Ao fim de 2004 o Ceará reconhecia o analfabetismo escolar como um grave problema a ser resolvido e, a partir disso, foi criado o PAIC – Programa de Alfabetização na Idade Certa, tendo, a cidade de Sobral, sido o piloto de tal iniciativa.

O surgimento do PAIC está ligado, conseqüentemente, a um processo de universalização do Ensino Fundamental que surgiu na década de 1980, prosseguindo até o século XXI, ao passo que o número de matrículas aumentou de forma inversamente proporcional à qualidade do ensino (MAIA, 2013).

Após a aparente universalização da educação passou-se a centralizar a atenção à qualidade do ensino e o uso de avaliações externa em larga escala para medir a qualidade da educação brasileira. A partir desse contexto surgiu o PAIC que após conclusões do CCEAE instituiu o Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC em 2005, tendo então o governador Cid Gomes feito do programa sua principal política educacional e assumindo a execução do programa via SEDUC como órgão executor.

Tendo suas ações iniciadas como política pública em 2007, o PAIC foi oficialmente publicado na forma da Lei 14.026 de 17 de Dezembro de 2007 (in Diário Oficial do Estado de 19 de Dezembro de 2007, p. 1 - 2):

O Governador do Estado do Ceará. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte lei. Art. 1º Fica instituído o Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC, por meio do qual o estado, em cumprimento ao regime de colaboração, poderá prestar cooperação técnica e financeira aos municípios cearenses, com vistas à melhoria dos resultados de aprendizagem. Art. 2º O Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, tem por finalidade o estabelecimento de condições necessárias, para que todos os alunos cearenses cheguem ao 5º ano do Ensino Fundamental sem distorção idade-série e com o domínio das competências de leitura, escrita e cálculo adequados à sua idade e ao seu nível de escolarização. (CEARÁ. DIARIO OFICIAL DO ESTADO Lei 14.026, de 17 de Dezembro de 2007. Cria o Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC: seção 1, Fortaleza, CE, ano x, n. 239, p. 1-2, 19 de dez. 2007).

MAIA (2013) destaca a proximidade entre os termos cooperação técnica e padronização, evidenciando um alinhamento das normas e procedimentos que orientam o programa em todos os municípios, tal alinhamento proporciona além da padronização dos métodos a possibilidade de maior acompanhamento e monitoramento por parte dos governos municipais e estadual.

Assim, o principal objetivo de garantir a proficiência em leitura e escrita de crianças na idade certa será garantido através de métodos padronizados e da cooperação mútua entre todos os municípios que se organizarão para atender as demandas e ações previstas no PAIC.

Marques, Aguiar e Campos (2008) afirmam que o PAIC foi concebido com a intenção de proporcionar subsídios aos municípios cearenses, no intuito de elevar qualitativamente os níveis de educação nas séries iniciais do Ensino Fundamental, destacando-se que a principal meta do PAIC, até então, era propiciar a autonomia e competência técnica dos municípios nas áreas de avaliação, acompanhamento pedagógico, educação infantil e gestão municipal, já que apenas com autonomia e competência técnica os municípios conseguiriam oferecer uma educação de qualidade, a exemplo do município de Sobral, inspiração do programa que hoje está bem à frente de todos os municípios cearenses, do estado do Ceará e do Brasil de acordo com dados divulgados pelo IDEB como veremos mais adiante.

Para melhor entendimento da nomenclatura do PAIC, se faz necessário esclarecer que o termo PAIC (Programa de Alfabetização na Idade Certa) era utilizado quando se atendia crianças da educação infantil ao 2º ano; em 2007, foi alterado para PAIC+5 (Programa de Alfabetização na Idade Certa) quando passou a dar suporte também às crianças do 3º ao 5º ano em 2011; em 2015 o programa passou a ser chamado de MAIS PAIC (Programa de Aprendizagem na Idade Certa) quando ampliou sua atenção às crianças do 6º ao 9º ano.

Atualmente o MAIS PAIC conta com seis eixos que auxiliam nas intervenções sistemáticas necessárias aos municípios.

O primeiro eixo trata da gestão municipal que tem, como objetivo, fortalecer institucionalmente os municípios em seus sistemas de ensino a partir de uma assessoria técnica capaz de estruturar os modelos de gestão focando nos resultados da aprendizagem.

O segundo eixo está destinado ao Ensino Fundamental I ofertando apoio técnico-pedagógico aos municípios na implementação de propostas didático pedagógicas para a alfabetização; produzindo material didático para os professores e alunos dos 1º e 2º anos, além de materiais de suporte pedagógico para professores e alunos do 3º ao 5º ano nos 184 municípios; viabilizando a formação docente continuada realizada através de formadores; fomentando a alfabetização de todos os alunos, independentemente da turma em que esteja matriculado para que todos saibam ler e escrever até o 5º ano; além de realizar acompanhamentos pedagógicos em todos os municípios.

Em relação ao eixo fundamental II os objetivos são dar suporte à formação de professores; suscitar a criação de políticas públicas voltadas para esta área a partir de acompanhamento pedagógico, reconhecimento da importância desse nível de educação e incentivo a busca por uma educação de qualidade.

O quarto eixo trata da Educação Infantil e tem por objetivos atender com qualidade crianças e seus familiares nas instituições de educação infantil nos municípios que aderiram ao programa, além de colaborar com a implementação e implantação de propostas pedagógicas e programas de formação continuada para os professores.

O eixo leitura e formação do leitor tem como propósito garantir às crianças o direito ao desenvolvimento humano, formação cultural e inclusão social através do acesso à leitura, aquisição, disposição e fomento dos acervos literários.

O eixo avaliação externa tem como objetivo propagar a cultura de avaliação educacional nos municípios bem como a conscientização da equipe constituinte das secretarias municipais de educação (SME) acerca da importância de se avaliar sistematicamente o processo de aprendizagem dos alunos, bem como conduzir com responsabilidade todo o processo avaliativo a fim de usar os resultados desses processos de forma eficiente na busca de melhores resultados. Outro objetivo importante é diagnosticar, através de avaliações, situações como apropriação da leitura, escrita e compreensão textual dos alunos e sua divulgação por município, escola, turma e aluno. Este eixo busca também incentivo às SMEs para que desenvolvam uma gestão focada na aprendizagem, disponibilizando condições que proporcionem o conhecimento da sua

realidade educacional e assim proponham políticas públicas capazes de alcançar melhores índices de qualidade educacional e, por fim, fornece indicadores que sejam capazes de efetivar a *reenturmação* dos alunos.

Existem, atualmente, dois processos avaliativos desenvolvidos pelo governo estadual, sendo o primeiro SPAECE-Alfa, de responsabilidade da Secretaria de Educação básica do Ceará, a qual contratou a Universidade Federal de Juiz de Fora (Caed/UFJF) para planejar, elaborar e aplicar as avaliações, além de produzir os boletins com os resultados por aluno, escola, município e o do estado do Ceará visando traçar o cenário educacional cearense. De posse desses resultados tanto os gestores da secretaria podem monitorar e acompanhar a aplicação e desenvolvimento das políticas públicas como também a equipe de gestores escolares podem rever ou consolidar as ações e projetos desenvolvidos na escola.

Outro processo utilizado também para acompanhar o programa é a prova MAIS PAIC. A SEDUC, através da COPEM³ em parceria com a COAVE⁴ elaboram o protocolo de orientação da avaliação, bem como a própria avaliação dos alunos do 2º ao 5º ano nas disciplinas de português e matemática, sob a coordenação do eixo de avaliação externa do MAIS PAIC e divulgam para os municípios.

Por ter função diagnóstica, a avaliação é realizada no início do ano letivo, externa à escola, em larga escala, universal e censitária, tendo como objetivo, proporcionar à equipe escolar um conjunto de informações sob as aprendizagens já consolidadas e das lacunas e dificuldades apresentadas pelos alunos.

Com a disponibilização do protocolo das provas, os municípios se responsabilizam pela aplicação, reprodução, planejamento, coordenação de todo o processo de aplicação e digitação dos gabaritos no Sistema de Avaliação do MAIS PAIC (SISPAIC).

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) existe uma grande diferença entre medir e avaliar, o autor afirma que medir refere-se a mensurar a aprendizagem através de uma nota, conceito ou medição do aprendizado almejado, enquanto a avaliação reverbera determinado conceito de educação, da função do professor e do que seja conhecimento.

LOPES (2015) corrobora ao afirmar que mesmo tentando mudar o conceito de avaliação, ela continua sendo utilizada para aferir e quantificar o saber, ao invés de diagnosticar e pensar a prática pedagógica para analisá-la, constituindo-se assim em um movimento estático impedindo o crescimento educacional e limitando-se a ser um instrumento disciplinador.

Dado a caráter prioritário do programa, suas diretrizes e metas foram incorporadas ao Plano de Desenvolvimento das Escolas sob a responsabilidade da equipe gestora, contando com o acompanhamento e apoio das secretarias municipais e estadual.

Concluindo esta fase da pesquisa pudemos observar, nos mapas a seguir, disponibilizados no site do Programa MAIS PAIC os resultados do SPAECE-Alfa para a alfabetização, mostrando a evolução, estagnação ou involução dos níveis de proficiência dos municípios de 2007, ano que iniciou o programa, até 2017, último resultado divulgado pelo sistema.

³ Coordenadoria de Cooperação com os Municípios.

⁴ Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação.

Figura 1 – Mapa da Alfabetização no Estado do Ceará, resultado SPAECE- Alfa – 2007

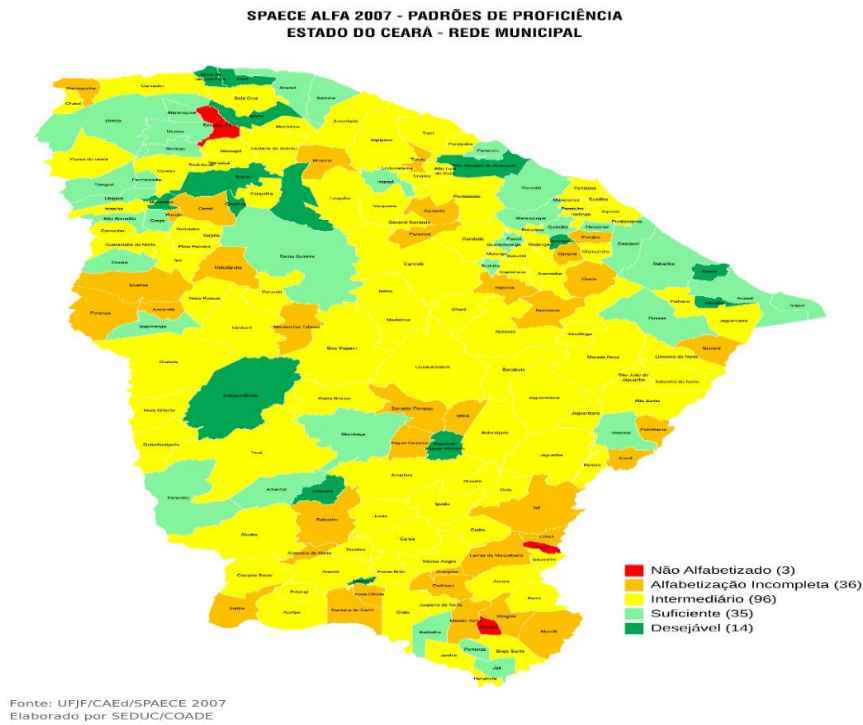


Figura 2 – Mapa da Alfabetização no Estado do Ceará, resultado SPAECE - Alfa – 2008

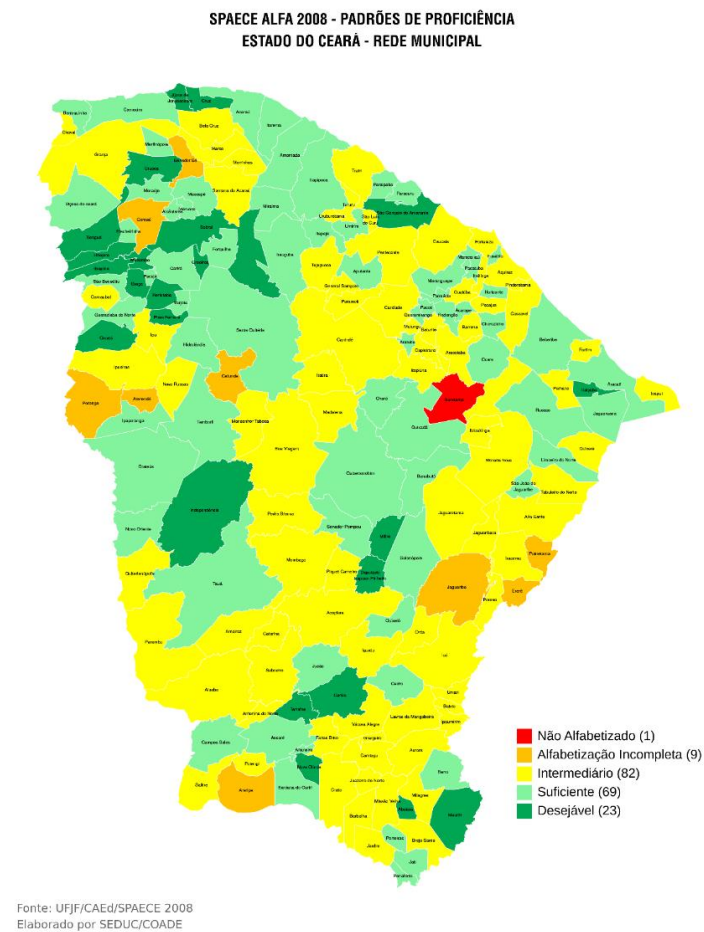


Figura 3 – Mapa da Alfabetização no Estado do Ceará, resultado SPAECE - Alfa – 2009

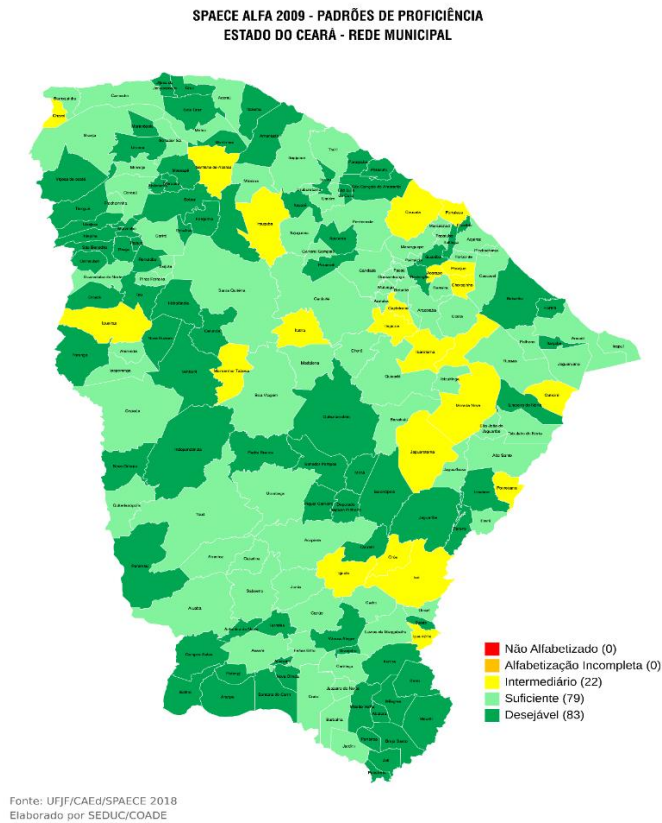


Figura 4– Mapa da Alfabetização no Estado do Ceará, resultado SPAECE - Alfa – 2010

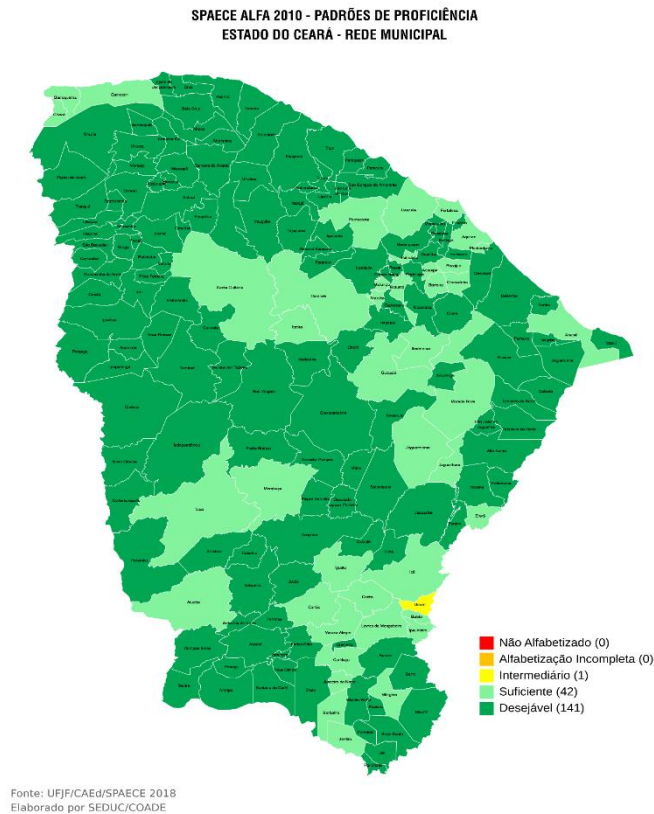


Figura 5– Mapa da Alfabetização no Estado do Ceará, resultado SPAECE - Alfa – 2011

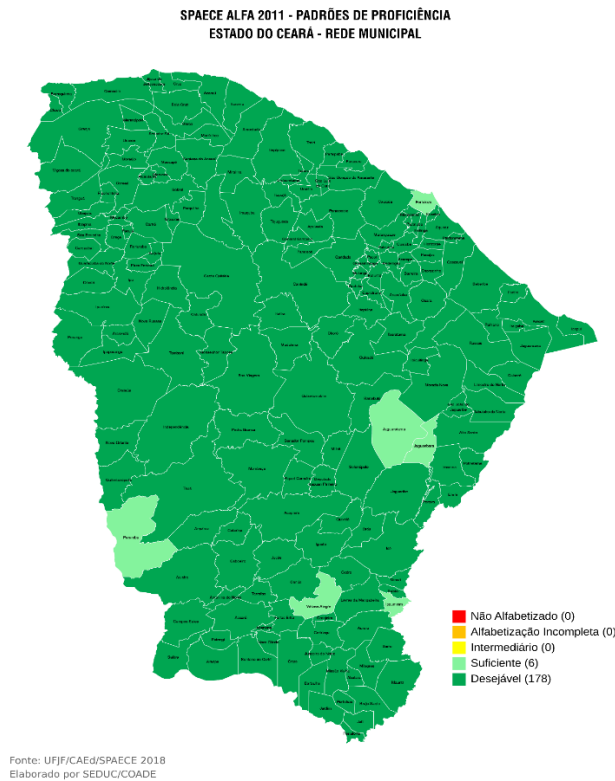


Figura 6– Mapa da Alfabetização no Estado do Ceará, resultado SPAECE - Alfa – 2012

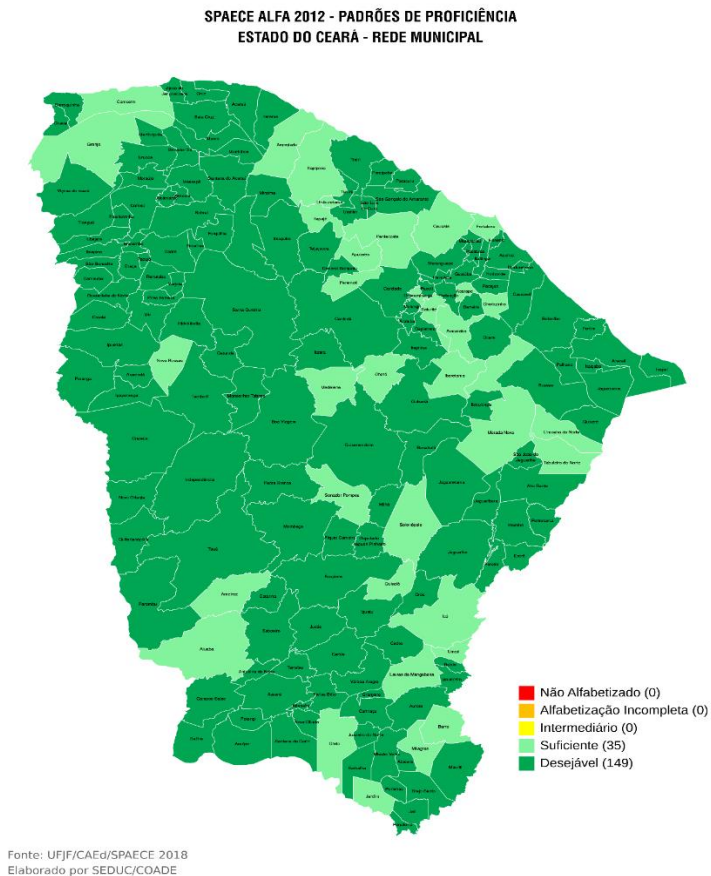


Figura 7– Mapa da Alfabetização no Estado do Ceará, resultado SPAECE - Alfa – 2013

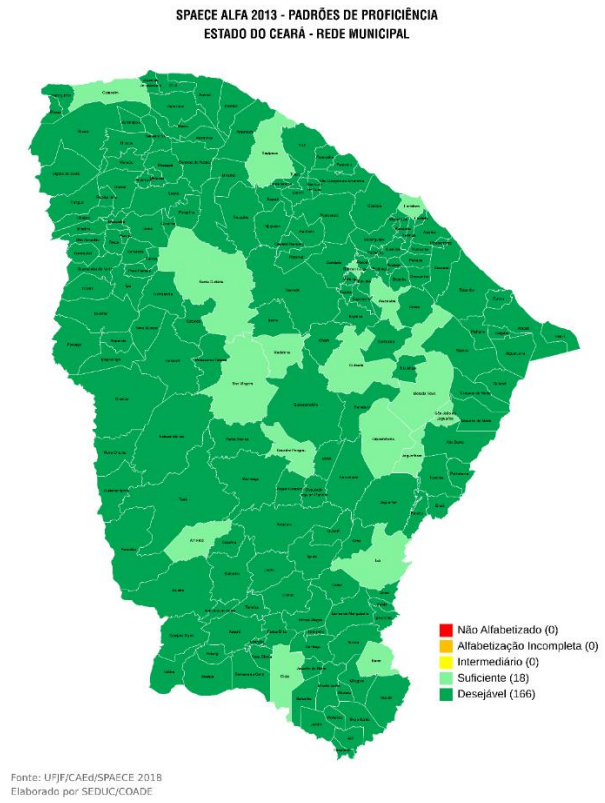


Figura 8– Mapa da Alfabetização no Estado do Ceará, resultado SPAECE - Alfa – 2014

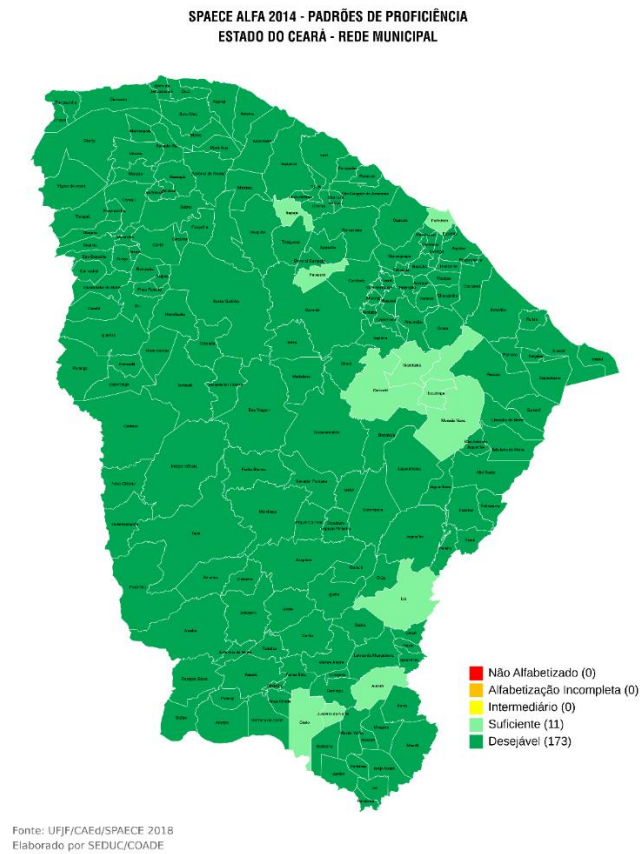


Figura 9– Mapa da Alfabetização no Estado do Ceará, resultado SPAECE - Alfa – 2015

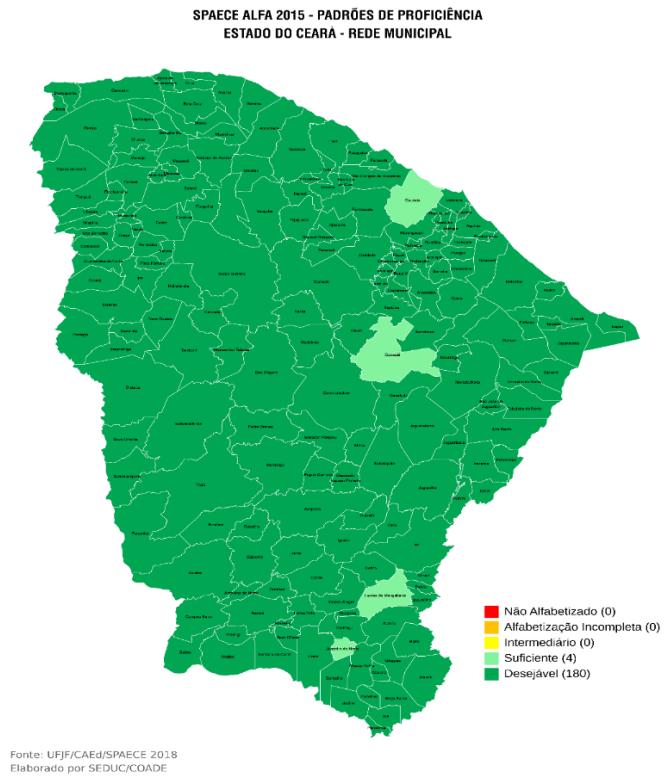


Figura 10– Mapa da Alfabetização no Estado do Ceará, resultado SPAECE - Alfa – 2016

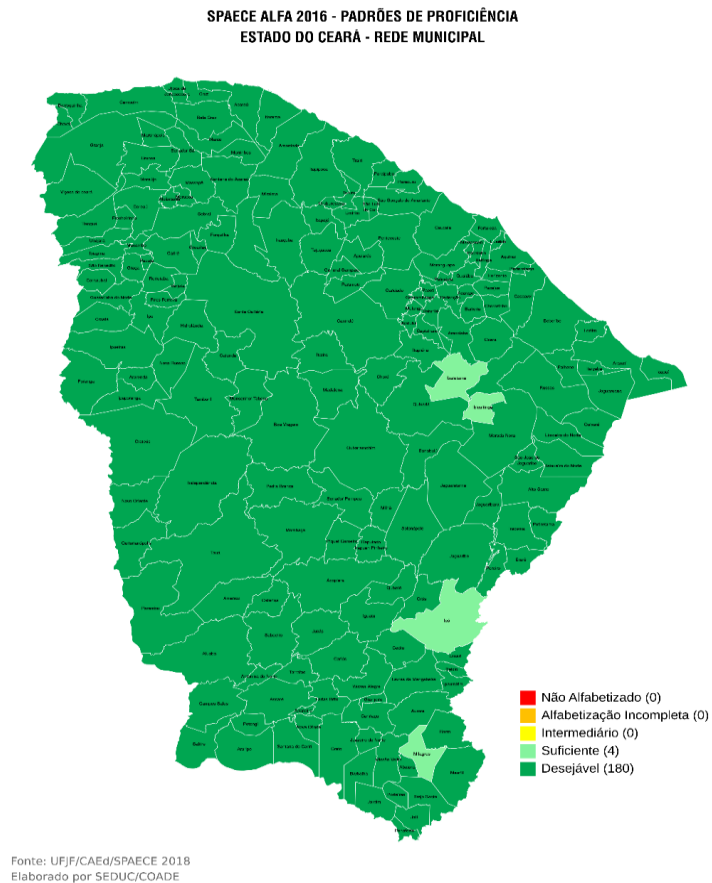
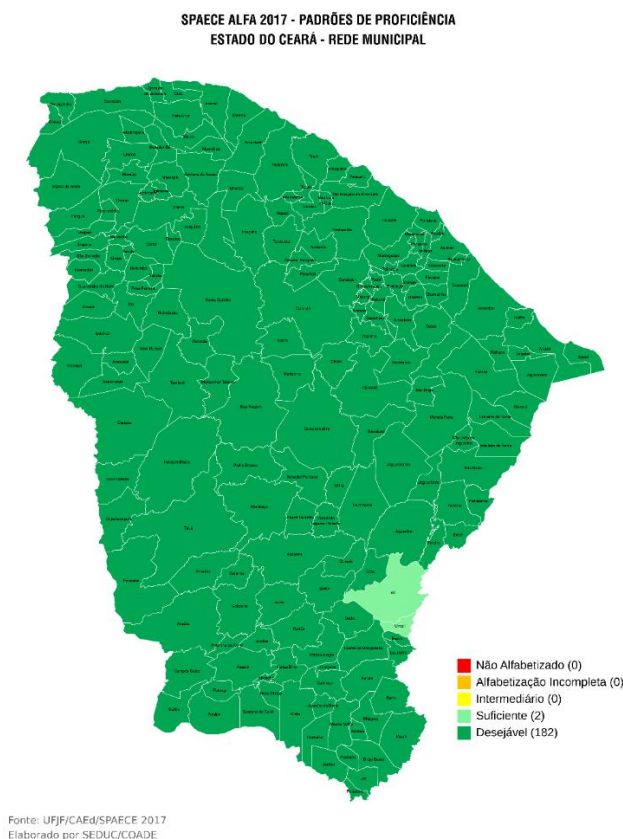


Figura 11- Mapa da Alfabetização no Estado do Ceará, resultado SPAECE - Alfa – 2017



Dessa maneira, ao analisarmos nos mapas os níveis de proficiência de cada município, percebemos que o programa contribuiu de forma muito eficiente para melhorar o índice de alfabetização das crianças matriculadas no 2º ano do Ensino Fundamental I, entretanto, percebe-se que alguns municípios regrediram.

Municípios, como o de Ibaretama que em 2007 estava no nível alfabetização incompleta, regrediram para o nível não alfabetizado em 2008. Outro município que mereceu atenção foi Icó que levou 11 anos para sair do nível de alfabetização incompleta para um nível acima, o nível suficiente. Umari também chamou atenção pelo fato de sua involução já que o município passou de desejável para suficiente para 2017.

Concluimos, assim, que várias foram as políticas educacionais surgidas no Brasil a partir de 1990, como aumento do investimento na educação básica através do FUNDEB e ampliação da educação básica, mas que devido a várias inconstâncias, irregularidades e algumas imposições externas e problemas históricos como analfabetismo continuam existindo.

O estado do Ceará ainda não conseguiu erradicar o analfabetismo, mas vem alcançando resultados muito satisfatórios através do MAIS PAIC, no que tange o analfabetismo, reflexo da experiência iniciada em Sobral, através de sua regularidade dentro da política educacional, ações políticas de extrema importância para o desenvolvimento das escolas municipais e que servirão como fundamentação teórico para os capítulos a seguir.

A melhoria na qualidade da educação depende de políticas contínuas e eficientes atuando em conjunto tanto a União quanto estados e municípios e de forma especial a escola, unidade extremamente importante de atuação de qualquer política educacional, “unidade básica do sistema escolar, ou seja, como ponto de encontro entre as políticas e diretrizes do Sistema e o trabalho direto na sala de aula” (LIBÂNEO, 2016, p 407).

Referências bibliográficas

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto de Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL, Ministério da Educação. Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB. Brasília, DF. **Diário Oficial da União**. 20 jun. 2007.

CEARÁ. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Vencendo o desafio da aprendizagem nas séries iniciais: a experiência de Sobral/CE**. Brasília, DF: Inep, 2005.

_____. Lei Nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério - FUNDEF. Brasília, DF. **Diário Oficial da União**. 24 dez. 1996.

_____. Lei 14.026, de 17 de Dezembro de 2017. Cria o Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC: seção 1, Fortaleza, CE, ano x, n. 239, p. 1-2, 19 de dez. 2007.

_____. Assembleia Legislativa do Estado. **Relatório Final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar**. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Ceará, 2006.

FONSECA, Andreia Serra Azul da. **Programa de alfabetização na idade certa - PAIC: reflexos no planejamento e na prática escolar**. 2013. 148 f. TESE (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2013.

FONSECA, M. SILVA, M. A., OLIVEIRA, J. F. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Políticas Educacionais no Brasil: Desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. Cadernos de Pesquisa. v. 46, n. 159, p. 38-62 jan./ mar. 2016.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: **Políticas, Estrutura e Organização**. 10. ed. revista e ampliada. São Paulo Ed. Cortez. 2012.

LOPES, Gabrielle Nascimento. **Programa de Alfabetização na Idade Certa: Reflexões Teórico-Metodológicas sobre a Proposta de alfabetização e as Interferências na prática docente**. 2015. 141f. Dissertação (mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino) – MAIE. Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2015.

MACHADO, Daienne Machado. **Políticas Públicas Inter federativas: Coordenação na Implementação do Programa Alfabetização na Idade certa do Ceará**. 2014. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MAIA. Jefferson de Queiroz. **A Gestão por Resultados na Educação Cearense (2007-2010): O Programa Alfabetização na Idade certa (PAIC)**. 2013. 212f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas). – Centro de Estudos Sociais aplicados - CESA, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

MARQUES, C. A.; AGUIAR, R. R.; CAMPOS, M. O. C. C. Programa Alfabetização na Idade Certa: concepções, primeiros resultados e perspectivas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 43, 275 - 291 p. maio. / ago. 2009

OLIVEIRA, João. B.A. **O sucesso de Sobral**. Instituto Alfa e Beto, 2013.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2012.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Administração e Avaliação da Educação**. v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

SAVIANI, D. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Decreto nº 6.094**, publicado no Diário Oficial da União, em 25 de abril de 2007.

_____. **Regime de colaboração é o caminho para organizar o Sistema Nacional de Educação**. Entrevistas. Observatório da educação. Jun. 2009.

SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, nº 51, fev./2003, São Paulo: ANPOCS: EDUSC, p. 15 - 20.